

MODERNIZAÇÃO NA BAÍA DE SEPETIBA (RJ): A MULTITERRITORIALIDADE E O CONFLITO DA PESCA ARTESANAL COM A TKCSA

MODERNIZATION IN THE SEPETIBA BAY (RJ): MULTITERRITORIALITY AND THE CONFLICT OF ARTISANAL FISHING WITH TKCSA

MODERNIZACIÓN EN SEPETIBA BAY (RJ): MULTITERRITORIALIDAD Y EL CONFLICTO DE LA PESCA ARTESANAL CON TKCSA

VINHAS, Antonio Lopes Ferreira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a problemática ambiental na Baía de Sepetiba proporcionado pela empresa Tyssen Krupp ao se instalar em área de manguezal e dominar uma porção do mar. Essa dominação gerou conflitos que desencadearam episódios de resistências iniciados pelos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba. As disputas territoriais foram resultantes de um processo de modernização na baía de Sepetiba que homogeneizou, hierarquizou e fragmentou a classe da pesca artesanal.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Território. Conflitos. Resistência. Modernização.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the environmental problem in the Sepetiba Bay provided by the company Tyssen Krupp when installing in a mangrove area and dominating a portion of the sea. This domination generated conflicts that triggered episodes of resistance initiated by artisanal fishermen from Pedra de Guaratiba. The territorial disputes were the result of a modernization process in Sepetiba Bay that homogenized, hierarchized and fragmented the artisanal fishing class.

Keywords: Artisanal fisher. Territory. Conflicts. Resistance. Modernization.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar la problemática ambiental en la bahía de Sepetiba proporcionada por la empresa Tyssen Krupp al asentarse en una zona de manglares y dominar una porción del mar. Esta dominación generó conflictos que desencadenaron episodios de resistencia iniciados por pescadores artesanales de Pedra de Guaratiba. Las disputas territoriales fueron el resultado de un proceso de modernización en la bahía de Sepetiba que homogeneizó, jerarquizó y fragmentó la clase pesquera artesanal.

Palabras clave: Pescadores artesanales. Territorio. Conflictos. Resistencia. Modernización.

INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é analisar a problemática ambiental na Baía de Sepetiba, agravada pela instalação do porto da Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico - TKCSA que precarizou o trabalho do pescador artesanal pelo controle do mar e os limites impostos à pesca artesanal. A Vale S/A em 2006 se associou a TKCSA participando com 27% do capital. A construção do complexo siderúrgico com o porto privado aumentou ainda mais os conflitos na Baía de Sepetiba com as comunidades tradicionais.

A empresa foi atraída pela existência de um Complexo Industrial em Santa Cruz e o Arco Metropolitano beneficiado pelos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sendo a primeira de uma série a se instalar com terminais portuários na Baía de Sepetiba. Tais investimentos revelam as

intencionalidades pela qual os objetos são construídos, revelando que o lugar concede cada vez mais privilégios e vantagens para atrair as atividades das empresas. Para Acselrad (2004) estes privilégios e vantagens são chamados de chantagem locacional, tendo em vista que:

“os grandes investidores envolvem, quando não submetem a, todos aqueles que buscam o emprego, a geração de divisas e a receita pública a qualquer custo. No plano nacional, se não obtiverem vantagens financeiras, liberdade de remessa de lucros, estabilidade etc. os capitais internacionalizados ameaçam se “deslocalizar” para outros países. No plano subnacional, se não obtiverem vantagens fiscais, terreno de graça, flexibilização de normas ambientais, urbanísticas e sociais, também se “deslocalizam”, penalizando, conseqüentemente, os Estados e municípios onde é maior o empenho em se preservar conquistas sociais e ambientais” (ACSELRAD, 2004, p. 3).

A produção do espaço que Santos (1996) interpreta ocorre através da interação sociedade e natureza afirmando que com a técnica empregada pelo homem pode transformá-las em objetos, ou seja, é a técnica que vai (re) unir os sistemas de objetos e ações, resultando na (re) construção do espaço. Assim, as formas são resultados dos objetos, bem como o conteúdo social é resultado das ações. Entretanto, para o autor (1996) a raiz principal da reflexão da produção do espaço está no entrelace de forma, estrutura, função e processo. Na base deste entrelace, refletido por Milton Santos a estrutura se traduz na forma e na função dos objetos associados às ações que torna o espaço concebido no tempo com intencionalidades, materializando-se (territorializando-se), ou seja, formando as espacialidades (MOREIRA, 2006).

A MODERNIZAÇÃO COMO PROJETO DO OCIDENTE: O TERRITÓRIO EM DISPUTA

Ao se instalar em terreno cedido pela Prefeitura do Rio de Janeiro no bairro de Santa Cruz, a TKCSA iniciou novos conflitos com os pescadores artesanais, pois o terreno era uma área de manguezal no litoral da Baía de Sepetiba com o canal São Francisco à direita, constituindo um empecilho aos pescadores cercadeiros que utilizavam a madeira e o litoral para fazer suas armadilhas (Foto 1).



Foto 1: Construção do Complexo Siderúrgico da TKCSA.

Fonte: MPF (2006).

Assim, os pescadores artesanais que mais ofereceram resistência foram os de Pedra de Guaratiba pela Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba. Em conjunto com o Fórum do Meio Ambiente (Organização Não Governamental) resolveram articular uma rede de instituições. Foi organizada uma barqueata que paralisou por um dia a obra da TKCSA. A partir da formação desta rede foi possível denunciar ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Processo MPRJ nº 2005.001.001.52122.00) as agressões que vinham ocorrendo no ambiente e a falta de observância ao prescrito no Estudo de Impacto Ambiental.

A denúncia ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPERJ fez com que o Grupo de Apoio Técnico Especializado – GATE, formados por técnicos na área ambiental do MPE visitasse o empreendimento a fim de apurar irregularidades ao que a empresa se propunha no Estudo de Impacto Ambiental. Dessa forma, o

GATE concluiu que a empresa não estava em conformidade em diversos pontos, como o desmatamento do manguezal, além de vários pontos da obra do terminal portuário não estarem em conformidade com o próprio EIA. O porto de 3,8 Km foi determinante para o conflito entre a empresa e os pescadores, pois delimitou uma área a qual o pescador ficou excluído. A TKCSA reduziu a área da pesca, provocando a desterritorialização, uma vez que os pescadores faziam uso dessa área há mais tempo. O discurso da empresa de criar 3500 empregos diretos alavancando o crescimento econômico da área leva a seguinte reflexão: de que forma esses postos de emprego seriam benéficos para a região, tendo em vista que há muitos pescadores em todo o litoral da Baía de Sepetiba?

A APAPG conseguiu protocolar no Ministério Público Federal uma denúncia contra a TKCSA pelas irregularidades na fase de implantação, como o desmatamento e violação de aspectos legais, como: a Lei Federal nº 7661/ 88 e o decreto nº 5300/ 2004 que determinam que grandes empreendimentos em zona costeira devam ser licenciados pelo IBAMA. Dessa forma, a FEEMA, atual INEA acabou sendo notificada por dar licença sem ter competência nesta esfera. A justificativa do IBAMA que consta em documento para embargar a obra foi a seguinte:

“Fica embargada qualquer atividade de intervenção no manguezal, bem como, construção, obras ou serviços que implique degradação da biota nativa da área do empreendimento, devendo o empreendedor promover a recuperação da área suprimida de 2 ha (dois hectares), extrapolada em dobro na autorização IEF/RJ nº 17/2006. Obs.: de acordo com o relatório de vistoria DITEC/SUPES/RJ de 11/12/2007.”

Outra conquista da resistência dos pescadores frente à empresa neste mesmo ano foi a suspensão por nove meses dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, após manifestação dos pescadores na sede do Banco, que contou com apoio de sindicato como a SINDIPETRO, que forçou a diretoria a recebê-los. Além disso, junto à Fundação Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, os pescadores conseguiram a emissão de um parecer técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da usina da TKCSA, apontando diversas falhas na análise do empreendimento, como análise fragmentada dos impactos, omissão no cenário ambiental e social (no que diz respeito à saúde da população), além de acusar a empresa de agir com duplo padrão no Brasil e na Europa (PORTO e MILANEZ, 2009).

No âmbito internacional os pescadores da APAPG junto às ONGs que apoiaram a resistência conseguiram denunciar a TKCSA, em 2010, no Tribunal Permanente dos Povos – TPP pela segunda vez em Madri, já que a primeira havia sido em Lima em 2008, quando a empresa foi condenada. O TPP composto de juristas de diversos países tem sua origem do Tribunal Russel na década de 1970, que julgava as ditaduras da América Latina e atualmente julga as violações de empresas transnacionais ao ambiente e as questões sociais (TPP, 2010). A condenação da empresa pelo Tribunal trouxe uma repercussão muito negativa no cenário mundial, encaminhando as denúncias e condenações à Organização das Nações Unidas. Além disso, em 2010, houve por parte da rede a organização do primeiro Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, empresa acionista (27%) da TKCSA, trazendo pessoas de diversos países que passaram por conflitos onde a Vale S/ A exerce atividades, como o Canadá, Moçambique, Indonésia, Peru, Chile, Argentina e Nova Caledônia.

Essas iniciativas chamaram a atenção do Parlamento Europeu e de Organizações Não Governamentais na Alemanha fazendo com que os pescadores artesanais da APAPG fossem convidados a visitar a sede da empresa, o Parlamento Alemão, e participar de uma série de entrevistas para jornais e debates sobre as denúncias feitas sobre a TKCSA. Alguns parlamentares alemães foram solidários aos pescadores, como o deputado Niema Movassat, que escreveu uma carta em solidariedade, e a deputada Gabriele Zimmer, que chegou a visitar o Brasil para averiguar fatos da poluição no ar causada pela empresa que vem prejudicando a saúde de moradores. Na ocasião da visita à Alemanha, foi possível descobrir que a empresa divulgava o empreendimento na Alemanha com outro discurso, ou seja, uma área vazia, com atividades econômicas inexpressivas na qual haveria praticamente nenhum impacto social ou ambiental. Toda esta repercussão preocupou o INEA, que em junho de 2010 convidou a APAPG para uma mesa redonda a fim de discutir por que a Associação era a única que não havia entrado em acordo com a TKCSA oferecendo ainda mais resistência.

Para entender a multiterritorialidade que ocorre entre os pescadores na Pedra de Guaratiba, antes de tudo é necessário retornar ao discurso da empresa TKCSA na Alemanha citado anteriormente, que segundo os pescadores que visitaram a sede, a empresa afirma que é um local onde não há atividades inexpressivas. Para Hall (2002), esta maneira de caracterizar e/ou classificar o local está de acordo com a lógica do Ocidentalismo¹, onde a imagem do Ocidente decodifica diferentes lugares, culturas e sociedades, criando um padrão de comparação que remete a uma hierarquização. Dessa forma, o Ocidente tornou-se uma ideia através da construção de que o Ocidental é o paraíso e o não Ocidental é o inferno, deixando o Ocidente identificado como mundo moderno. Outro autor considerado fundamental por Rua (2007) para compreender a Ocidentalização é Said (2002). O autor afirma que o Oriente ajudou a construir o Ocidente no contraste de ideias, isto é, mostra que o “Outro” (Oriente) foi importante para consolidar. Said (2002) deixa claro que os europeus alimentavam o orientalismo no Oriente, a fim de afirmar o Ocidentalismo, material e culturalmente. Dessa forma, pensar no Oriente é refletir no Ocidente, ou seja, suas relações que foram configuradas lentamente permitindo uma absoluta colonização cultural e territorial. A modernização, segundo Chesneau (1996) traz riscos, impondo mudanças, as quais as sociedades sofrem a aculturação da forma de vida, proveniente do mundo “moderno”. Apoiado na ideia do autor, pensar o futuro do aço, aqui nos remete a pensar que domínio os pescadores artesanais tem do seu futuro.

Esse discurso reforça o entendimento da concepção de desenvolvimento como modelo de crescimento econômico, não desprezando suas bases cunhadas no pensamento Ocidental, pelo viés cultural. A lógica do desenvolvimento como modelo de crescimento econômico não pode ser pensada aqui separadamente da modernização via industrialização, se sobrepondo de maneira imposta sobre as chamadas “sociedades atrasadas”, a qual vem com o discurso da civilização e/ou modernização dos lugares “atrasados” (MYRDAL, 2002). Esse discurso, para Hô (2006, p.39) se resume a ideia da “modernização estar assimilada à ocidentalização das estruturas econômicas, sociais e políticas dos países subdesenvolvidos.” Assim, o pescador artesanal está aquém ou fora da modernidade, sendo submetido ao discurso imposto do círculo vicioso da ignorância e da pobreza. A imposição do discurso é compreendida através do intercâmbio dos termos (RUA, 2007). O discurso que se expandiu para o outro lado do mundo sempre foi utilizado no próprio Ocidente para dominação dos povos, que Ianni (1993) chama de “processo civilizatório”. Para Rua (2007, p. 147):

“A modernização, progresso e desenvolvimento têm sido termos intercambiáveis e têm marcado o movimento do todo social como projeto civilizatório no Ocidente, e, paulatinamente, ao se tornar hegemônico, tal projeto, foi sendo imposto a todos os quadrantes do mundo. O desenvolvimento continua a ser considerado como um processo (natural) que cria o novo, destruindo o velho, e em que o declínio e a destruição são parte de um ciclo. Pode ser, também, percebido como uma intenção, em que é possível agir em seu nome (do desenvolvimento) ou impor processos que o promovam”.

Os pescadores artesanais não fogem do poder deste discurso ao qual Ianni (1993), Hô (2006) e Rua (2007) se referem, pois são os próprios (os pescadores) os focos da dominação, por serem explorados através dos efeitos e das condições impostas por tal desenvolvimento. Nesse sentido, as rotulações aos pescadores artesanais, seguem a ideia da ocidentalização, sobretudo na forma de discurso para reafirmar a modernidade, pois segundo Diegues (2004) são chamados de: “indolentes, mendigos do mar, ignorantes, além de serem considerados individualistas e não saberem defender seus direitos”. São classificações semelhantes que para Said (2002) não deixam de ser pretexto para uma dominação intelectual, com termos pré-elaborados para a imposição da hegemonia Ocidental que vem através do discurso. Essa hegemonia, que visa à homogeneização das sociedades através da universalização da cultura é consequência da modernização, que para Verhelst (1992, p.26) “é própria da sociedade industrial moderna” e “é sinônimo de ocidentalização”.

1. Entende-se aqui o Ocidentalismo como uma ideia, um conceito que identifica o Ocidente como mundo moderno, que não tem sentido somente de localização geográfica, mas sim para qualificar sociedades, sendo iniciado na Europa, entretanto, não está restrito à Europa (Hall, 2002).

A modernização entendida por este viés da homogeneização das sociedades traz a compreensão dos chamados “projetos faraônicos” no Brasil, inclusos na teoria da recuperação do atraso² (VERHELST, 1992). Entretanto, mesmo esta teoria tendo seu auge nas décadas de 1960 e 1970, permanece atualmente, na mesma ideia de recuperar o atraso, mesmo tendo que aniquilar culturas, que para Verhelst (1992) é destruir a personalidade dos povos. A recuperação do atraso segue a lógica da modernização, que para Castoriadis (1987) é derivado de um termo infeliz, o “moderno”, pois se refere ao passado, simplesmente para impor o modelo a outras sociedades. Isto é advertido através de questionamentos dirigidos à Ocidentalização por Rua et al (2009) na tentativa de igualização, ao se referir que vem ocorrendo em escala locais, que para Latouche (1994, p. 84) é um “transplante da ocidentalização”, pois é uma “veste cultural da industrialização”, que muitas vezes sofre rejeição gerando conflitos, principalmente, por impor uma destruição das “estruturas econômicas, sociais e mentais tradicionais, apenas para serem substituídas por um montão de sucata destinada à ferrugem”.

A metáfora “sucata” utilizada por Latouche (1994) para indústria é também entendida como um modelo de industrialização (aqui as siderúrgicas) a qual foi cunhado no Ocidente, mas que atualmente é recusado nos próprios países europeus Ocidentais e imposto a outros países. Assim, no Brasil, especificamente a Baía de Sepetiba, vem sofrendo a imposição desse modelo pela instalação de várias indústrias (a maioria siderúrgicas), desde a década de 1960 com a Cia. Ingá Mercantil (atualmente falida, com a Usiminas sendo atual proprietária do terreno) até hoje com a TKCSA (proveniente da Alemanha), além da construção de portos a partir da década de 1970, com o porto de Itaguaí sendo pioneiro.

A imposição do modelo de “modernização” pelo viés da industrialização para Baía de Sepetiba gerou uma dicotomia através da apropriação/ dominação, caracterizando o mar como território, dando origem a conflitos e conseqüentemente à resistências, que ocorrem de maneiras variadas, fruto de suas variadas apropriações. O primeiro porto privado da Baía de Sepetiba, o da TKCSA, trouxe conflitos com os pescadores artesanais, na medida em que criou uma área de exclusão da pesca, onde os pescadores não podem armar suas cercadas nem pescar com barco, diante do aumento pelo fluxo de navios que aumentou. Além disso, o mar passou a ser mais vigiado pela Capitania dos Portos, que recebeu duas lanchas doadas pela empresa TKCSA, a qual vistoria as embarcações dos pescadores constantemente, verificando a legalidade da função.

Essa área de exclusão, processo de desterritorialização das práticas da pesca artesanal, segundo Haesbaert (2006) é a gênese para compreensão das multiterritorialidades existentes na Baía de Sepetiba. Entretanto, não se pretende aqui dar conotação à desterritorialização como o fim do território, mas sim a sua reafirmação pelo viés da ideia complexa de reterritorialização (HAESBAERT, 2005). A ideia da multiterritorialidade de Rogério Haesbaert (2006) foi construída com a finalidade de demonstrar que a desterritorialização não é a deterioração do território, mas a sua reafirmação, através da reterritorialização. Assim, os grupos sociais criam estratégias para estabelecer seu próprio território que segundo Robert Sack (1986) são as territorialidades, isto é, práticas sociais marcadas no espaço. Nesse sentido, é relevante observar que:

“Mais do que “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo e/ ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrado, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço” (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Contudo, territorialidades devem ser reconhecidas a partir da conotação dada ao conceito de território, quando Haesbaert (2006) apresenta em três vertentes que considera como básicas:

1. Expressos em planos ambiciosos, geralmente favorecendo à indústria. Lançamento de grandes projetos, especialmente do Banco Mundial, como rodovias, hidrelétricas gigantescas (Itaipu), instalações portuárias e outros projetos, que no Brasil ficou conhecido como projetos faraônicos (VERHELST, 1992).

“Jurídica-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado.

Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Cultural (ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural, mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo como o produto da apropriação/ valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço” (HAESBAERT, 2006, p 40).

Apesar de Haesbaert apresentar três vertentes para o entendimento do território é o cultural que evidencia as multiterritorialidades na Baía de Sepetiba, por ser o lugar de vida da população tradicional (pescador artesanal) que cria estratégias (territorialidades) a fim de manter preservada sua identidade. Entretanto, a dimensão cultural apesar de priorizada não está isolada da econômica e do jurídico-política, pois se complementam na complexa formação das territorialidades dos pescadores artesanais. Historicamente, os pescadores artesanais criaram suas territorialidades através da apropriação do mar, que Diegues (2004, p. 203) chama de “apropriação social”, pois define como “um conjunto de práticas culturais de intervenção na natureza”, considera também (2004, p.204) “apropriação tradicional do meio e dos recursos marinhos” como sinônimo de manejo e gerenciamento, tendo em vista que o termo apropriação codifica com mais facilidade os aspectos simbólicos que os pescadores artesanais estão envolvidos, concordando com a vertente cultural de Haesbaert (2001). Os pescadores artesanais da APAPG que se identificam por cercadeiros tem como estratégia a construção de armadilhas para a captura do pescado, que vai desde a seleção e preparação do eucalipto até a montagem da armadilha para a captura, que estão inclusas no valor simbólico. Segundo Pimentel (2004, p. 68-69) a cercada é uma “arte secular, legado deixado pelos índios e conservado pelos pescadores artesanais, se perpetuou ao longo da história em várias comunidades que ainda sobrevivem da pesca”.

Diegues (2009) afirma que cada tipo de população tradicional tem uma relação específica com a água, marcada pela maior ou menor disponibilidade desse elemento e por tradições historicamente construídas. Assim, concordando com a ideia do autor podemos afirmar que os pescadores artesanais da APAPG por serem também cercadeiros têm a sua especificidade com a água, sendo esta que caracteriza, “a priori”, a sua territorialidade. Para os pescadores a cercada é uma atividade que requer não só tempo para a armação, mas também tempo de vigilância, pois o pescado capturado pode ser roubado, por ataques piratas, como chamam os pescadores. Além de depender das condições naturais como o vento e a força da maré que podem danificar muito a armadilha. O peixe capturado é retirado da cercada com auxílio de um sarrico³, para posteriormente ser comercializado no mercado de peixes, ou nos restaurantes ou com os atravessadores⁴.

O pescador artesanal que passa a maior parte do tempo na Baía de Sepetiba pescando, tem neste lugar o seu espaço vivido, que por si já é reconhecido pela identificação social. Essa identificação é o resultado de práticas espaciais em que caracterizam a construção geográfica de uma sociedade, através da dialética a qual a sociedade faz o espaço, simultaneamente com o espaço fazendo a sociedade (SANTOS, 1996). Para Santos (1994) em “A metamorfose do espaço”, os lugares estão se tornando únicos, ou seja, mais específicos e singulares, na medida em que se mundializam. Essa mundialização do lugar que ao mesmo tempo tenta homogeneizar criando e/ ou reafirmando as heterogeneidades. São estas heterogeneidades que cada vez mais são reafirmadas em Pedra de Guaratiba entre os pescadores, que diante de uma das ameaças de suas existências como pescador não comungam das mesmas lutas. Seguramente a primeira estratégia para afirmar o território da empresa na Baía de Sepetiba foi a associação entre a Tyssen Krupp e a empresa Vale S/A. Essa parceria se deve ao fato da Vale S/A ser considerada uma das maiores mineradoras do mundo, com sede no Brasil, ou seja, uma ampla experiência distributivista, como operadora logística, que favorece o escoamento de

3. Objeto feito com um aro de arame, tela e um cabo de bambu.

4. Pessoas que compram o pescado direto das mãos dos pescadores para revender, a maioria ao CEASA.

sua produção (PACS, 2009). Entretanto, o interesse é de ambos os lados, pois uma das estratégias da Vale S/A é fazer com que sua produção ganhasse o mercado global.

O processo de desterritorialização dos pescadores artesanais provocado pela construção do porto da TKCSA na Baía de Sepetiba é consequência das territorialidades que a própria empresa vem utilizando para afirmar seu território, aqui pela vertente econômica, que Haesbaert (2001) se refere como sendo a dimensão espacial das relações econômicas, que atinge as classes sociais e modifica a relação capital-trabalho (dos pescadores artesanais). Segundo Saquet (2007) um dos papéis principais do território pelo viés econômico, isto é, das atividades industriais, é a acessibilidade. Esses papéis justificam a escolha da Baía de Sepetiba para instalação do porto da TKCSA. Em época de “fluidez moderna”, que o mercado global vive uma intensa competitividade, a instalação de um porto para a TKCSA é uma estratégia de inserção rápida no mercado global.

A territorialização da TKCSA através de seu porto na Baía de Sepetiba provoca a desterritorialização e a reterritorialização, que para Saquet (2007) e Haesbaert (2001) são contraditórias e muitas vezes conflitantes, mas se complementam. Dessa forma, “a desterritorialização num lugar significa a reterritorialização em outro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais” (SAQUET, 2009, p.129). Apesar do pescador artesanal fazer parte deste espaço vivido, que caracteriza um território cultural, porém com formas distintas de territórios. Esta distinção ocorre pelas territorialidades dos dois grupos de pescadores artesanais, representados pelas duas instituições, que agiam também pelo viés das dimensões econômicas e político-jurídica. As territorialidades surgiam diante das discordâncias, muitas vezes justapostas, outras vezes sobrepostas, configurando multiterritorialidades. O apoio ou a resistência existente dos pescadores artesanais às empresas se caracterizavam por uma multiplicidade de estratégias direcionando a multiterritorialidade, que Haesbaert (2006, p. 343) afirma:

“À multiplicidade justaposta (e muitas vezes hierárquica) visível até o terceiro desses conjuntos de territorializações, devemos acrescentar a efetiva “multiterritorialização” visível no último tipo, resultante não apenas da sobreposição ou da imbricação entre múltiplos tipos territoriais (o que inclui territórios-zona e territórios-rede), mas também de sua experimentação/ reconstrução de forma singular pelo indivíduo, grupo social ou instituição. A esta reterritorialização complexa, em rede e com fortes conotações rizomáticas, ou seja, não-hierárquicas, é que damos o nome de multiterritorialidade” (HAESBAERT, 2006, p. 343).

A multiterritorialidade se dá através das relações sociais diárias que resultam em experiências justapostas e “integradas” ao espaço, possibilitando a existência de multiterritórios. Logo, “produzir e habitar mais de um território, [envolve] um fenômeno de multipertencimento e superposição territorial” (HAESBAERT, 2006, p. 344). Assim, a ideia de multiterritorialidade formulada pelo autor é usada para a compreensão do entrecruzamento de territorialidades que, viabilizam e reforçam a construção de multiterritorialidades. Essa construção de multiterritorialidades se deu pelo trânsito dos territórios em Pedra de Guaratiba entre a APAPG e a Colônia Z- 14, que ocorreu pelo relacionamento da dimensão cultural com a política de territórios e territorialidades geradoras de instabilidades de comportamentos, focos de conflitos no espaço vivido.

O sentimento de pertencimento dos pescadores da APAPG está expresso no próprio estatuto demonstrando a defesa do lugar. O terceiro, que é o sentido de lugar, descrito por Oslender (2002) está associado ao sentimento de pertencimento, isto é, da relação das pessoas com o lugar, entretanto, os três elementos destacados não se apresentam isolados, mas dialogam entre si, se completando. Dessa forma, tais elementos dão sentido ao lugar como território, colocando em evidência a autonomia discutida por Castoriadis (1987) como a refundação da democracia e abordada por outros autores como o próprio Oslender (2002) e Pickerill e Chaterttonn (2006) que a colocam como uma estratégia sócio-espacial de resistência, que são os próprios espaços vividos. O próprio Oslender (2002, p. 3) destaca que o espaço vivido é privilegiado “para estudar los procesos de mediación en el campo de construcción de las democracias”. Assim, entender as resistências e o diálogo entre as territorialidades (mesmo que conflitantes) é reconhecer as

multiterritorialidades existentes.

Para Diegues (2002) em "Povos e Águas" o pertencimento como valor cultural, que caracteriza a identidade, através das relações com o meio, o parentesco, o valor simbólico e imaginário que formam o sentimento de pertencimento ao lugar é o que caracteriza o pescador artesanal de maneira geral. Esse sentimento através das relações entre os indivíduos caracterizam também relações de afetividade e identidade do grupo social, pode ser entendido como apropriação que para Haesbaert (1997) é um sentido de pertencer a um território, entretanto, segundo Souza (2001) configura um território. Esses valores são interiorizados por uma identidade pela população local, que dá o sentido ao lugar como território, através da defesa dos valores e cultura, que para Souza e Pedon (2007) são relações de poder. Assim como, a comunidade negra do Pacífico, na Colômbia, que Oslender (2002) analisa como uma luta pelo território através de uma reinterpretação do espaço, os pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba também lutam pelo seu espaço de vida, principalmente através de suas territorialidades, constituídas pelo sentimento de pertencimento.

Para Haesbaert (2001), o processo de desterritorialização não acaba com o território, pelo contrário, o reafirma pelo viés da reterritorialização que origina a multiterritorialidade. Dessa forma, as resistências são ações ou estratégias que aparecem como alternativas frente aos conflitos para os pescadores artesanais criarem seu território, sendo essas ações constituintes da multiterritorialidade em Pedra de Guaratiba. A própria criação da Associação pelos pescadores na década de 1990 foi uma estratégia considerada uma territorialidade. Havia uma insatisfação em escala nacional com a gestão das colônias, que eram as únicas instituições representativas da pesca, por isso, a Constituição Federal de 1988 concedeu o direito de fundação das Associações. Apoiados por esse direito, os pescadores artesanais da Pedra de Guaratiba usaram a estratégia da criação da Associação dos Pescadores Cercadeiros como territorialidade.

Diegues (2002) afirma que pescadores artesanais apresentam um modo de vida particular, mesmo que exerçam simultaneamente outra atividade econômica, pois a pesca é a marca do lugar. Nesse sentido, o bairro de Pedra de Guaratiba é marcado pela pesca artesanal, que para ser compreendida como espaço vivido se deve considerar a interação social e natural, que com a variação da maré no litoral que torna o assoreamento um obstáculo para o pescador vencer até a chegada ao seu barco. O apego à Baía é também o sentimento de pertencimento ao lugar, pois os recursos desse corpo hídrico dão a sobrevivência à sociedade. Quando a pesca é ameaçada de alguma forma, logo a ameaça também está vinculada à identidade territorial do pescador artesanal, pois o fim do peixe é o fim do pescador.

DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICOS DESIGUAIS NA BAÍA DE SEPETIBA

Como a atividade capitalista está sempre fundada em algum lugar, as condições naturais são fatores que favorecem a acumulação do capital, assim como, a organização social. Com isso, a acumulação depende da apropriação da natureza mesmo que de forma violenta para a sobrevivência do sistema capitalista (HARVEY, 2006), subordinando sociedades à força do capital, gerando um desenvolvimento desigual (LOWY, 1999). Para Smith (1988) as vantagens naturais do lugar explicam os desenvolvimentos desiguais, que com o avanço da técnica nos meios de transporte possibilitam o deslocamento de indústrias, e conseqüentemente, a exploração de recursos naturais e humanos (nesse caso, os pescadores artesanais). Apoiado na ótica econômica de Smith (1988), que discorre sobre a subordinação das sociedades à força do capital, mostra que o capitalismo sempre gerou desigualdades. Essas desigualdades são explicadas pela tendência do capital ao ser homogeneizador, mas que cria também contradições resultantes desse desigual desenvolvimento.

Para Harvey (2006) o desenvolvimento desigual pode ser pensado a partir do desenvolvimento como modelo político-econômico dos países avançados (Ocidente) que vêm sendo tratados como progresso econômico, político, institucional e intelectual, mas recebendo uma crítica antiga e contextualizada, como se observa em Rua (2007, p. 144-147). Com isso, a ideia de desenvolvimento desigual é vista como um processo diferenciado a partir do centro, podendo encontrar áreas de resistência à modernização promovida pelo capitalismo, evento que ocorreu em Pedra de Guaratiba, com os pescadores artesanais em relação ao

empreendimento da TKCSA. Segundo Smith (1988) as áreas são diferenciadas pelo efeito do capital, através da acumulação, concentração e centralização, que como nivelador direciona a contraditória tendência da igualização e desigualização, resultando em desenvolvimento desigual.

Nesse sentido, Harvey elaborou o conceito de desenvolvimento geográfico desigual, na perspectiva de retomar uma discussão marxista, como afirma Rua (2007). Dessa forma, o desenvolvimento geográfico desigual para Harvey (2006) pode ser entendido pelas lutas de classes políticas e sociais nas várias escalas geográficas, que vão estar associados à espacialidade. Entretanto, as espacialidades são simultaneamente consequências da acumulação do capital que organiza o espaço de forma desigual. Onde há lutas sociais há evidência do desenvolvimento geográfico desigual, pois os conflitos, como os existentes pela Baía de Sepetiba, que originam resistências contra a empresa e entre os próprios pescadores, são decorrentes da “organização capitalista desigual do espaço” (RUA, 2007, p. 165). Todavia Rua (2007) afirma a advertência de Harvey sobre a “mudança de escalas e a produção de diferenças geográficas”, que são elementos contidos na concepção de desenvolvimento geográfico desigual.

No âmbito desses elementos, Lima (2005) destaca que cada espaço possui um feixe de relações sociais que dialogam entre si, porém para entender a escala é necessário entender as articulações entre as diferentes formas de poder, isto é, deve-se selecionar a informação antes da escala para poder dialogar de forma multiescalar sem estar preso a uma. Todavia pensar em diferenciações é possível, através do que propõe Lepetit (1998) sobre a redução da escala, pois não reduz a informação, mas sim permite perceber as particularidades. É nessa concepção que os conflitos existentes na Pedra de Guaratiba são percebidos com complexidade, pois estão inseridos numa pluralidade de contextos (LIMA, 2005).

A complexidade dos conflitos entre os diferentes atores sociais na Pedra de Guaratiba, transformados em lutas podem ser entendidos por ativismos, que para Souza (2004, p. 83) é “uma categoria, por conseguinte, mais ampla, que envolve diversas formas de organização, mobilização e ação dos habitantes da cidade”. Nesse sentido, Ferreira (2007, p.1) acredita na “transformação dos ativismos em movimentos sociais de caráter mais amplo, que agrupem lutas mais específicas”. Para Gomes (2009, p.1) os movimentos sociais são “manifestações de caráter popular cuja ação social é orientada a fim de obter transformações políticas e econômicas”. Segundo Gohn (2003, p.11-12) os movimentos sociais são entendidos como:

“elementos fundamentais na sociedade moderna, agentes construtores de uma nova ordem social e não agentes de perturbação da ordem, como as antigas análises conservadoras escritas nos manuais antigos, ou como ainda são tratados na atualidade por políticos tradicionais” (GOHN, 2013, p. 11-12).

Nesse sentido, os movimentos sociais propõem uma mudança de paradigma no contexto econômico e político, não se opondo totalmente ao modelo hegemônico, mas criando alternativas através de modelos próprios, muitas vezes concordando ou não com essa hegemonia. Com isso, os pescadores artesanais têm o direito de refletir sobre suas realidades, considerando o jogo de perdas e ganhos sobre a opção que fazem. Para Harvey (2006) os movimentos sociais revelam uma variedade de lutas quase infinitas em diferentes lugares do mundo. As lutas mais tangíveis são pela terra, pela moradia, ou pela água, os bosques e selvas, a energia e similares. As lutas pela dignidade e o reconhecimento de certos direitos não são menos expressivas, aliás, são mais difíceis de estabelecer, exceto por seus efeitos.

Os conflitos pela Baía de Sepetiba passaram a existir no momento em que o pescador artesanal teve o seu sentimento de pertencimento ao lugar ameaçado pela poluição existente desde a chegada da Cia. Ingá Mercantil e, atualmente pela construção do porto da TKCSA, delimitando área, provocando a desterritorialização, descaracterizando os pescadores artesanais que muitas vezes têm abandonado suas atividades tradicionais para exercer outras funções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, as empresas estão se territorializando pela Baía de Sepetiba, a maioria com projetos de construções de portos, que demonstram que novos conflitos ainda surgirão. Nesse contexto, a autonomia se considerada de fato nos diagnósticos e conseqüentemente nos planejamentos é um fator de prevenção à existência de conflitos, já que a capacidade dos indivíduos em refletir e realizar escolhas estariam sendo respeitadas. Entretanto, tais diagnósticos têm sido concebidos pelo viés da heteronomia, como afirma Souza (2000, p. 80), que “sabota, incessantemente, a possibilidade de uma qualidade de vida substancialmente melhor para a maioria da população, a despeito das ilusões disseminadas pela lógica da modernização”.

A “modernização” que Souza (2000) se refere, diversas irregularidades para a instalação da TKCSA e a construção de seu porto ocorreram, como negligência à legislação e ao processo de licenciamento. A área de instalação da TKCSA está sob uma proteção no aspecto legislativo em diversas esferas do poder público. Assim, se tem como relevantes a Lei 7661, de 06 de maio de 1988, que determina a conservação de baías, enseadas, praias, costões e manguezais; o artigo 225 da Constituição Federal que classifica a zona costeira como patrimônio nacional; a Constituição Estadual no artigo 265, que determina que manguezais são áreas de Proteção Permanente; além do artigo 266, que especifica sobre a área da Baía de Sepetiba como ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico. Para Mauro et al.(1999) a legislação é uma ferramenta de gestão do território, se mal elaborada ou negligenciada, a gestão está condiciona ao fracasso. Nesse sentido, se entende como fracasso da gestão na Baía de Sepetiba a existência de conflitos entre empresa e pescadores artesanais, entre o Estado e os pescadores artesanais e entre os próprios pescadores artesanais que têm opiniões diferenciadas.

No Brasil a tradição dos gestores em executar planejamentos sem levar em consideração a importância dos diagnósticos, que é a etapa que antecede o planejamento, é comum. Para Souza (2000) que critica a prática do planejamento empresarial com a parceria entre o setor público e o privado a fim de atrair novos investimentos sem considerar a participação local, a autonomia pelo viés de Castoriadis é fundamental para a elaboração do diagnóstico, que leve em consideração a participação e a discussão dos projetos pela sociedade, enaltecendo a prática democrática para a execução do planejamento.

Pela importância da área, a qual recebeu o empreendimento o Estudo de Impacto Ambiental- EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA deveriam ser mais detalhados, inclusive considerando a dimensão cultural e econômica dos pescadores artesanais. Por se tratarem de comunidades tradicionais como os pescadores artesanais em toda a Baía de Sepetiba e os quilombolas na restinga de Marambaia, seria relevante se o EIA/ RIMA fosse elaborado com a colaboração de especialistas das ciências sociais, como geógrafos, historiadores, sociólogos e antropólogos. Todavia, cabe aqui não somente criticar a forma como foi elaborado esse documento para licenciamento, mas também, sugerir que futuros EIA/ RIMAs sejam elaborados de forma que contemple realmente o real, a fim de não cometer erros do passado para evitar futuros conflitos, deixando de ser considerado apenas o cumprimento de uma obrigatoriedade. É uma necessidade neste cenário a participação dos pescadores artesanais de maneira crítica nos planejamentos gerenciais do uso de recursos (pescado), que para Mitchell (1999) só ocorrerá com a presença mais efetiva da universidade, através da educação e acesso à informação, porém de forma interdisciplinar.

Texto revisado de acordo com as normas da Língua Portuguesa por Deolinda Waquim, graduada em Letras pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Olavo Bilac – SONLEY.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henry. **Descaminhos da “riqueza sustentável”**. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/debate/debate-81.htm>. Acesso em: 13/ set/ 2004, p.3.
- CASTORIADIS, Cornelius. **O Mundo Fragmentado** (Encruzilhadas do Labirinto III). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

1987.

CHESNEUX, Jean. **Modernidade-mundo**. Petrópolis: Editora Vozes. 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB-USP. 2004, p. 176-203-204.

DIEGUES, Antonio Carlos. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: RIBEIRO, Wagner Costa (org). **Governança da Água**. São Paulo: FAPESP, 2009, p.15.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Povos e Águas**. Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras. São Paulo: NUPAUB-USP. 2002.

FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre a dominação e a apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **IX Colóquio Internacional de Geocrítico**. Porto Alegre, 28 de maio - 1 de junho de 2007, p.1.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE – FEEMA. **Avaliação da qualidade da água da bacia da baía de Sepetiba**. CD-ROM, 1998.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE – FEEMA. **Diagnóstico de Qualidade de Água e Sedimentos** – Baía de Sepetiba. Rio de Janeiro: FEEMA, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais: espaços de educação não-formal da sociedade civil. 2 **II Seminário Internacional: Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais**. Florianópolis, 8 nov. Abril 2003.p.11-12.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. Ética, Planejamento e Construção democrática do espaço. Rio de Janeiro: 28 de maio a 1 de junho de 2001. Vol. III, p. 1775-1783. 2001.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Departamento de Geografia., 20-26 de março de 2005, USP.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “Fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p.40-341-343-344. Cox apud Haesbaert. p.68

HAESBAERT, Rogério. **RS: Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto,1988.

HALL, Stuart. The West and the Rest: discourse and power. In: SCHECH, Susane e HAGGIS, Jane. **Development, a cultural studies reader**. Oxford (RU) e Malden (EUA):nBlackwell, p. 56-64.

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume. 2005.

HARVEY, David. Notes Towards a Theory of Uneven Geographical Development. In: HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism**. UK/ USA: VERSO. 2006. Notas hacia uma teoria Del desarrollo geográfico desigual (edición, presentación y comentarios de Vicente di Cione. GeoBaires, Cuadernos de Geografía: apuntes de Geografía y Ciencias Sociales – Teorías Contemporâneas de la Geografía – Vicente di Cione.

HÔ, Pham Nhu. O Desenvolvimento Endógeno como Alternativa. Potencialidades e Obstáculos ao seu Desdobramento. In: MACIEL, Tânia Barros (Org). **Caminhos para o Desenvolvimento Século XXI**. Rio de Janeiro: UNESCO/ UFRJ, 2006, p. 39.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1993.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do Mundo**: ensaio sobre a significação, os alcances e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994, p.84.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford/Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991, orig.: 1974.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: REVEL, Jaques (org.). **Jogos de escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV. 1998.

LIMA, Ivaldo Gonçalves de. O desafio da escala às imaginações sociológica, antropológica e geográfica. IN:

Redes Políticas e Recomposição do Território. Tese de Doutorado apresentada ao PPG Geografia do Departamento de Geografia do IGEO da UFF, dez de 2005.

MASSEY, D. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MAURO, Cláudio Antonio de. Legislação e Gestão do Território. In: CASTRO, Iná Elias de. MIRANDA, Mariana. EGLER, Cláudio A. G., (orgs.) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 1999. 392p.

MOREIRA, Rui. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MYRDAL, Gunnar. Modernization Ideals. In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). **Development, a cultural studies reader.** Oxford (UK)/ Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2002.

OSLENDER, Ulrich. Espacio, Lugar y Movimientos Sociales: hacia una "Espacialidad de Resistência" Scripta Nova, **Revista Eletrônica de Geografia y Ciências Sociales.** Universidad de Barcelona. V. VI. n. 115, junio de 2002, p.3.

PICKERILL, Jenny e CHATERTTON, Paul. Notes toward autonomous geographies: creation, resistance and self-management as survival tactics. **Progress in Human Geography**, n. 30. 2006.

PIMENTEL, Maria das D. M. **Memórias e Narrativas dos Pescadores da Pedra de Guaratiba:** Urbanização e Espaço Social (1973-2003). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UNIRIO (Centro de Ciências Humanas), 2004, p. 68-69.

PORTO, Marcelo Firpo. MILANEZ, Bruno. **Parecer Técnico sobre o Relatório de Impacto Ambiental da Usina da Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

RUA, João. Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades. IN: RUA, João (org). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades.** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007, p. 10-144-147-165.

RUA, João. Et al. Geografia e Desenvolvimento territorial. **GeoPuc Revista do Departamento de Geografia da Puc-Rio**, n. 4. 2009.

SAID, Edward W. Orientalism. In: SCHECH, Susanne e HAGGIS, Jane (eds). **Development, a cultural studies reader.** Oxford (UK)/ Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996. 308 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marco Aurélio. **Abordagens e Concepções do Território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marco Aurélio. BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e Identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial. Paraná: **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 31, vol. 1, 2009, p. 129.

SOUZA, Edevaldo Aparecido. PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três lagoas.** Três Lagoas – MS, v.1- nº 6 – ano 4, novembro de 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Planejamento e a Gestão das cidades numa perspectiva Autonomista. **Território** n. 8, LAGET/ UFRJ, p. 67-100, jan-jun. 2000, p.80.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de et al. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. RODRIGUES, Glauce Bruce. **Violência:** Planejamento urbano e ativismos sociais. São Paulo: UNESP, 2004, p.83.

VERHELTS, Thierry G. **O Direito à Diferença, identidades culturais e desenvolvimento.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1992, p. 26.